26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação

REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E OPRESSÃO: INFLUÊNCIAS E RESQUÍCIOS EM MUSEUS

REFLECTIONS ON THE HISTORY OF SCIENCE AND OPPRESSION: *INFLUENCES AND REMNANTS IN MUSEUMS*

Thainá Castro Costa – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Filipe Gomes de Souza – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Priscila Ferreira – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Patrick Sean Mascarenhas – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Vanessa Halmenschlager – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este trabalho investiga a relação histórica entre ciência e opressão em museus, analisando como teorias pseudocientíficas como o evolucionismo social e a craniometria legitimaram hierarquias raciais e coloniais. O objetivo é examinar os resquícios dessas influências na perpetuação de opressões como racismo científico, classicismo e misoginia em museus. Os procedimentos metodológicos consistem em uma pesquisa qualitativa, exploratório-analítica, baseada em revisão bibliográfica e análise temática de conteúdo de produções acadêmicas das áreas de história da ciência, museologia crítica e estudos pós-coloniais e decoloniais. Os resultados indicam ordens de influências históricas viciosas ainda presentes: permanência de coleções constituídas sob parâmetros pseudocientíficos, reprodução de narrativas deterministas em exposições e ausência de protagonismo comunitário na curadoria. Como considerações finais, aponta-se que, embora haja pressões por reparação e descolonização museológica, persistem resistências institucionais como falta de financiamento e diretrizes consolidadas. A reflexão sobre ciência e opressão em museus é urgente para a transformação ética e política dessas instituições de memória no século XXI.
Palavras-chave: museu; opressão; história da ciência.

Abstract: This work investigates the historical relationship between science and oppression in museum, analyzing how pseudoscientific theories such as social evolutionism and craniometry

legitimized racial and colonial hierarchies. The objective is to examine the remnants of these influences in the perpetuation of oppressions such as scientific racism, classism, and misogyny in museums. The methodological procedures consist of qualitative, exploratory-analytical research, based on bibliographic review and thematic content analysis of academic productions in the areas of history of science, critical museology, and post-colonial and decolonial studies. The results indicate orders of vicious historical influences still present: the persistence of collections constituted under pseudoscientific parameters, the reproduction of deterministic narratives in exhibitions, and the absence of community protagonism in curatorship. As final considerations, it is pointed out that, although there are pressures for reparation and museological decolonization, institutional resistances persist, such as lack of funding and consolidated guidelines. Reflecting on science and oppression in museums is urgently needed for the ethical and political transformation of these memory institutions in the 21st century.
Keywords: museum; oppression; history of science.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre ciência e as bases do poder hegemônico possui uma história profunda e complexa, cujos vestígios materiais e discursivos ainda persistem em museus ao redor do mundo. Durante séculos, museus de história natural, etnografia, antropologia, história e outras tipologias atuaram como espaços de legitimação científica de hierarquias raciais, tendo como base teorias como o evolucionismo social, a craniometria e o determinismo biológico (Redman, 2016). Essas formulações, apresentadas sob o verniz da objetividade científica, transformaram diferenças culturais e fenotípicas em supostas evidências de superioridade ou inferioridade inatas, conferindo autoridade epistêmica a práticas de classificação que hierarquizavam a humanidade.

Nesse processo, os museus não se limitaram a refletir preconceitos socialmente difundidos; eles ativamente produziram e consolidaram um regime de verdade que associava a civilização à branquitude e à Europa, enquanto relegava outros povos ao plano da natureza, do primitivismo ou da degenerescência. Ao colecionar, catalogar e exibir corpos, vestígios mortais e artefatos sob esses parâmetros, esses estabelecimentos pseudocientíficos não apenas materializaram a opressão em vitrines e gavetas, mas também ajudaram a naturalizar a inferioridade de grupos culturais e raciais não europeus, servindo como braços institucionais do colonialismo; uma articulação entre saber e poder cujas heranças, ainda que nem sempre visíveis, continuam a tensionar as práticas museológicas contemporâneas.

Nas últimas décadas, críticas pós-coloniais e decoloniais têm questionado essas narrativas, pressionando museus a revisarem suas coleções, exposições e práticas de curadoria. Este trabalho se propõe investigar como resquícios dessa influência do pensamento

do poder hegemônico contribuíram para a perpetuação de opressões, como classicismo, misoginia e racismo científico em instituições museais, analisando tanto as teorias e práticas que o sustentaram exemplificando casos pontuais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica se constitui em três eixos: a história da ciência e o racismo científico, a museologia crítica e os estudos pós-coloniais e decoloniais.

No primeiro eixo, destacamos a obra A Falsa Medida do Homem (Gould, 1991), que demonstra como teorias científicas pretensamente objetivas, como a craniometria, frenologia e a medição do quociente de inteligência, foram utilizadas para justificar hierarquias raciais e sociais. Autores como Nancy Leys Stepan (1982) e Sander Gilman (1985) complementam essa análise ao mostrar como a biologia e a medicina do século XIX construíram a "diferença racial" como uma patologia ou degenerescência. No contexto museológico, trabalhos como os de Sadiah Qureshi (2011) sobre exibições de corpos humanos em museus britânicos e de Ricardo Ventura Santos (2002) sobre o papel do Museu Nacional do Rio de Janeiro na formulação de teorias raciais no Brasil são fundamentais para exemplificar como as influências do determinismo pseudocientífico europeu vigoraram posteriormente.

No contexto brasileiro, houve articulação estreita entre museu e a produção de conhecimento (Meneses,1994), em que os museus utilizaram argumentos evolucionistas para explicar cientificamente as diferenças entre os seres humanos, sendo a raça um dado científico e comparativo (Schwarcz, 1993). No Museu Nacional, a craniologia realizada pretendia distinguir e comparar as diferentes 'raças' humanas, para classificá-las de acordo com aspectos morais e intelectuais, discriminando 'raças primitivas' atribuídas às populações indígenas e negras (Sá; Santos; Carvalho; Silva, 2008), assim como na Bahia, Nina Rodrigues acumulou uma coleção de crânios, acervo de antropologia criminal e propunha que houvesse um código penal, para brancos e outro para negros, e cada um fosse adequado aos seus graus de evolução (Schwarcz, 1993).

O segundo eixo aborda a museologia crítica, representada por autores como Peter Vergo (1989) e Eilean Hooper-Greenhill (2000), que questionam a pretensa neutralidade dos museus e propõem uma análise das práticas curatoriais como discursos de poder. A noção de "racismo institucional" nos museus é explorada por figuras como Fatimah Tobing Rony (1996), que cunhou o termo "taxidermia racial" para descrever a transformação de pessoas

colonizadas em objetos de exibição científica.

Ainda nesse eixo, ao considerar as tecnologias da informação, são desenvolvidas discussões sobre relações de opressão e tecnologias, com foco na perspectiva do racismo tecnológico. Pois, ao analisar os sistemas digitais de gestão da informação e os softwares de catalogação como o *The Museum System Collections*, as plataformas de difusão como o *Google Arts & Culture* e aplicativos móveis de instituições culturais, é observável a característica da não neutralidade dessas ferramentas de mediação; uma vez que os materiais de referência, produzidos por agentes curatoriais inidôneos, participam ativamente na produção de discursos que alimentam as bases de dados desses sistemas. O racismo tecnológico e algorítmico, neste contexto, não é um defeito de código computacional que pode ser corrigido com atualizações de software ou com a adição de mais dados, mas a manifestação, no interior da infraestrutura digital, de uma continuidade epistêmica que remonta aos próprios fundamentos da instituição museológica enquanto tecnologia de classificação e suas heranças históricas (Luz, 2023; Marques, 2026; Risam, 2018).

Também são considerados os estudos sobre a retirada de crânios e esqueletos de coleções europeias e norte-americanas, como o trabalho de Cressida Fforde (2004) sobre o retorno de restos mortais humanos a comunidades indígenas.

O terceiro eixo, pós-colonial e decolonial, inclui pensadores como Edward Said (1978) e sua crítica ao orientalismo, além de autores latino-americanos como Aníbal Quijano (2000) e Walter Mignolo (2007), que desenvolvem o conceito de “colonialidade do poder” e “desobediência epistêmica”. Aplicados ao campo museal, esses referenciais inspiram propostas de descolonização de museus, defendidas por estudiosos como Françoise Vergès (2023) e o movimento internacional *Decolonize This Place*. Nessa perspectiva, repensar criticamente coleções que perpetuam opressões não significa apenas recontextualizar objetos, mas também devolver soberania narrativa e material a comunidades historicamente subjugadas pela ciência ocidental.

Ao contestar práticas museológicas de descriminalização social, é imprescindível compreender que os museus, além de promover ambiente para fruição de conhecimento, arte e lazer, são também espaços de trabalho. Muitos dos trabalhadores de museus não possuem vínculo formal de trabalho direto com a instituição, atuando como prestadores de serviço ou terceirizados, abrangendo as populações de maior vulnerabilidade social no mercado de trabalho. Os trabalhadores, quando conscientes do mundo desigual em que vivemos,

reconhecem no museu um instrumental de oposição às estruturas sociais de opressão diante do agravamento da precarização social do trabalho, a partir do seu próprio campo de atuação, fortalecendo a participação coletiva, em que as pessoas são estimuladas a intervir nas ações museológicas, e assim compondo suas próprias narrativas.

A crítica ao modelo tradicional dos museus passa pelo questionamento de narrativas hegemônicas, eurocêntricas e excludentes. Transforma o foco dos museus de guardiões de objetos para agentes políticos ativos na construção e difusão de conhecimento, identidade e de cidadania. Ao atuar diretamente no reconhecimento e na valorização dos seus próprios trabalhadores, sem hierarquias de raça, gênero ou classe, os museus contribuem para o fortalecimento da sua função social frente aos desafios do mundo atual (Antunes, 2004; Bruno, 2006; Chagas, 2009; Vergès, 2023).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se caracteriza como um estudo de natureza qualitativa, de caráter exploratório-analítico, desenvolvido predominantemente a partir de procedimentos bibliográficos. Adota-se como fundamento metodológico a revisão de literatura, orientada pela análise interpretativa e crítica de produções acadêmicas consolidadas nos campos da História da Ciência, Museologia crítica e Estudos pós-coloniais e Decoloniais. O percurso metodológico foi estruturado em três etapas sucessivas.

Na primeira etapa, procedeu-se ao levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas, como SciELO e o Portal de Periódicos CAPES, utilizando descritores que incluíram “racismo científico”, “museus e colonialismo”, “decolonialidade”, “museologia crítica”, “coleções antropológicas” e “reparação epistêmica”. Foram selecionados livros, artigos científicos, dissertações e teses publicados entre os anos de 1980 e 2026, priorizando aqueles em acesso livre e pertinência à temática de estudo.

Na segunda etapa, realizou-se a análise documental indireta do material coletado, utilizando a técnica de análise temática de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). A análise buscou identificar, classificar e interpretar categorias recorrentes relacionadas a: (I) a legitimação científica de hierarquias raciais em contextos museológicos; (II) os resquícios materiais e discursivos do evolucionismo social em exposições e coleções; (III) as críticas pós-coloniais e decoloniais às práticas curatoriais; (IV) as propostas de reparação, devolução de soberania narrativa e descolonização museológica; (V) os impactos das plataformas digitais e

sistemas de gestão da informação na reprodução ou contestação de estruturas de opressão; e (VI) as relações de trabalho em museus e seus desdobramentos para a democratização das práticas museológicas.

Complementarmente, foram examinados estudos de caso descritos na literatura referentes ao uso de plataformas digitais de difusão e gestão da informação museológica, incluindo sistemas de catalogação, repositórios digitais e ambientes de exposição virtual. A análise concentrou-se na forma como classificações, metadados, vocabulários controlados e mecanismos de recuperação da informação podem reproduzir categorias historicamente construídas a partir de perspectivas coloniais, racializadas ou excludentes.

Na terceira etapa, procedeu-se à sistematização interpretativa dos resultados, organizando as evidências em quatro eixos de análise: (a) permanência de coleções constituídas sob paradigmas pseudocientíficos; (b) reprodução de narrativas deterministas em exposições físicas e digitais; (c) desafios relativos à participação comunitária e à soberania narrativa; e (d) condições de trabalho e participação dos profissionais de museus nos processos de transformação institucional. A articulação desses eixos permitiu compreender a persistência de formas contemporâneas de opressão não apenas nas coleções e discursos museológicos, mas também nas infraestruturas digitais e nas dinâmicas laborais que sustentam essas instituições.

Cumpre salientar que a análise empreendida se fundamenta na recuperação e no exame crítico de estudos de caso já documentados e discutidos na literatura especializada, os quais ilustram, por meio de exemplos concretos, as formas de opressão institucionalizadas em museus. Entre tais casos, se destacam, a constituição do acervo craniológico e antropométrico do Museu Nacional do Rio de Janeiro no contexto do racismo científico brasileiro (Schwarcz, 1993; Sá *et al*., 2008); as exibições de povos vivos em museus britânicos oitocentistas analisadas por Qureshi (2011); e as práticas de colecionamento de corpos humanos e artefatos culturais sob a justificativa do evolucionismo social (Fforde, 2004). A análise desses casos, tomados como expressões particulares de fenômenos históricos e estruturais mais amplos, permite identificar regularidades, contradições e resquícios contemporâneos das violências epistêmicas produzidas no âmbito museológico, conferindo consistência analítica às reflexões propostas.

Dessa forma, os procedimentos metodológicos adotados visam contribuir para o aprofundamento epistemológico das relações entre história da ciência, opressão e museus,

oferecendo subsídios analíticos para futuras investigações aplicadas no âmbito da Ciência da Informação e da Museologia.

4 RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A análise bibliográfica realizada permitiu identificar que a relação entre museus e a produção do conhecimento científico, longe de ser neutra, esteve historicamente articulada a projetos coloniais e a regimes de poder que naturalizaram hierarquias raciais, sociais e de gênero. Conforme demonstram Gould (1991) e Stepan (1982), teorias pretensamente objetivas como a craniometria, a frenologia e a medição do quociente de inteligência foram mobilizadas para justificar a subalternização de grupos inteiros, conferindo roupagem científica a preconceitos que, de outra forma, careceriam de legitimidade epistêmica. No contexto museológico, essa articulação ganhou forma concreta, museus não apenas abrigam coleções produzidas sob esses paradigmas, mas ativamente participaram da construção e difusão de narrativas que hierarquizam a humanidade em estágios evolutivos.

O Museu Nacional, por exemplo, foi um dos museus do país que desenvolveu práticas craniométricas fundadas nas teorias de racismo científico, dedicando-se a medir crânios na pretensão de classificar as pessoas de acordo com aspectos morais e intelectuais e assim discriminar ‘raças primitivas’, atribuídas às populações indígenas e negras (Sá *et al*, 2008). Também se conformou como um museu acumulador de remanescentes humanos, adquirindo crânios de pessoas indígenas que faleceram devido a epidemias, sem documentação adequada (Amoroso, 2006), para suas pesquisas. Seu acervo incluía ainda objetos africanos oriundos de relações escravistas, doados por agentes que lucravam com o comércio de pessoas escravizadas e o próprio Museu dispunha de trabalhadores escravizados até 1881 (Agostinho, 2022).

Uma coleção formada sob critérios racistas, quando não recontextualizada criticamente, tende a gerar exposições que reiteram hierarquias com facetas repletas de preconceitos, e ambas alimentam a exclusão comunitária sob o argumento da "competência técnica" ou da "cientificidade" da curadoria tradicional. Ademais, existe uma dimensão frequentemente negligenciada nesse debate, as condições de trabalho nos museus.

No Brasil, um quarto dos trabalhos formais está registrado com vínculo terceirizado, o que representa mais de 12,5 milhões de trabalhadores, que estão expostos frequentemente a baixa remuneração; alta taxa de rotatividade; jornada de mais de 40 horas semanais; menor

acesso a direitos e benefícios; riscos de acidentes, ainda, menor chance de progressão de carreira (DIEESE, 2017). As empresas terceirizadas frequentemente estão associadas ao abrigo das populações mais vulneráveis do mercado de trabalho, compostas por mulheres, negros, jovens, migrantes e imigrantes, justamente por se encontrarem em situações desfavoráveis (CUT, 2014; Costa; Zaccarelli, 2016). No campo museal, a terceirização se faz presente em diversos setores, com predominância nas atividades de manutenção, segurança e serviços gerais das instituições. Em Florianópolis, segundo dados obtidos no Cadastro Nacional de Museus[1], atuam mais de 90 trabalhadores como terceirizados, distribuídos em apenas 10 museus de um total de 22 instituições em atividade, porém sem informações adicionais acerca do perfil socioeconômico dos trabalhadores. Trabalhar em museus, para Chagas (2009) deixou de ser apenas um exercício voltado às técnicas com acervo e passou a se interessar também na vida social e política das sociedades em que estão inseridos.

Outra perspectiva analítica trazida é a incorporação das tecnologias digitais de informação nessa reflexão. Sistemas de gestão de coleções como o *The Museum System (TMS)*, plataformas de difusão como o *Google Arts & Culture* e aplicativos móveis de instituições culturais não são ferramentas neutras. Eles carregam, em sua arquitetura de dados e em seus vocabulários controlados, as marcas dos paradigmas classificatórios tradicionais e conservadores. Conforme argumentam Risam (2018), Luz (2023) e Marques (2026), o racismo algorítmico e tecnológico não é um simples "bug" que pode ser corrigido com atualizações de software, é a manifestação, no interior da infraestrutura digital, de uma continuidade epistêmica que remonta aos fundamentos coloniais da própria instituição museológica. Assim, a descolonização digital dos museus se impõe como um desafio adjacente à descolonização física das coleções e exposições.

Os resultados preliminares indicam que, embora haja crescentes pressões por reparação, devolução de soberania narrativa e recontextualização crítica, conforme defendido por Fforde (2004) no campo do retorno de restos mortais humanos e por Vergo (1989) na nova museologia, as práticas museológicas ainda enfrentam resistências institucionais significativas. Entre elas, se destacam a carência de financiamento para processos participativos genuínos, que demandam tempo, escuta qualificada e compartilhamento efetivo em capacidades decisórias; a ausência de diretrizes consolidadas e normativas claras

[1] Fonte: Cadastro Nacional de Museus (IPHAN) - Disponível em: https://cadastro.museus.gov.br/.Acesso em: 21 jun. 2026.

para a descolonização dos processos curatoriais concernentes aos acervos.

Diante desse quadro, é de suma importância salientar que a reflexão sobre história da ciência e opressão em museus não é apenas um exercício retrospectivo ou acadêmico, mas uma necessidade para a transformação ética e política das instituições de memória no século XXI. Como enfatiza Vergès (2023), descolonizar o museu não significa apagar o passado, mas "programar a desordem absoluta" das narrativas hegemônicas, devolvendo a comunidades historicamente subjugadas não apenas objetos, mas a capacidade de produzir seus próprios discursos, sobre si mesmas. Essa transformação, porém, apenas se completará quando articulada a mudanças concretas nas condições materiais de trabalho, nas infraestruturas digitais e nos regimes de participação comunitária, um horizonte que ainda aguarda políticas públicas consistentes e comprometimento institucional efetivo.

Os resultados obtidos permitem compreender que os resquícios da associação histórica entre ciência e opressão não permanecem apenas em coleções ou exposições herdadas do século XIX, mas também se manifestam em estruturas institucionais contemporâneas. A permanência de acervos constituídos sob pressupostos do racismo científico demonstra que a descolonização museológica não pode ser reduzida à simples atualização de narrativas expositivas. Trata-se de um processo que exige o enfrentamento das bases epistemológicas que orientaram a constituição dos acervos e a própria definição do que foi considerado patrimônio digno de preservação.

Nesse contexto, as tecnologias digitais assumem papel ambíguo. Ao mesmo tempo em que ampliam o acesso à informação e possibilitam novas formas de participação social, também podem reproduzir classificações e hierarquias historicamente sedimentadas. Os sistemas de gestão de coleções, os vocabulários controlados e as plataformas de difusão digital frequentemente operam a partir de estruturas conceituais desenvolvidas em contextos marcados pela centralidade europeia e colonial. Dessa forma, a digitalização dos acervos não implica, necessariamente, sua democratização. Em muitos casos, ocorre apenas a transposição para ambientes digitais de categorias classificatórias já problemáticas no espaço físico.

A discussão também evidencia que a transformação dos museus depende das condições concretas de trabalho existentes nessas instituições. A literatura analisada aponta que processos participativos, ações de reparação histórica e práticas de curadoria compartilhada demandam equipes qualificadas, estabilidade institucional e condições

adequadas de atuação profissional. Entretanto, a crescente precarização do trabalho cultural, marcada pela terceirização, contratos temporários e insuficiência de recursos humanos, tende a limitar a capacidade dos museus de desenvolver projetos de longo prazo voltados à inclusão e à justiça social.

Sob essa perspectiva, a descolonização museológica deve ser compreendida como um processo multidimensional, que envolve simultaneamente a revisão crítica das coleções, a reformulação dos sistemas digitais de informação, a ampliação da participação comunitária e a valorização dos trabalhadores dos museus. A ausência de qualquer uma dessas dimensões tende a produzir mudanças apenas superficiais, incapazes de alterar as estruturas que historicamente sustentaram diferentes formas de exclusão.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Michele de Barcelos. O Museu Nacional do Rio de Janeiro entre a escravidão e a liberdade. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [*s. l.*], v. 30, p. d1e31, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30d1e31. Acesso em: 18 mai. 2026.

AMOROSO, Marta. Crânios e cachaça: coleções ameríndias e exposições no século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 154, p. 119-150, 2006. Disponível em: https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19024. Acesso em: 18 set. 2024.

ANTUNES, Ricardo L. C. **A dialética do trabalho:** escritos de Marx e Engels. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: os inevitáveis caminhos entrelaçados. **Cadernos de Sociomuseologia**, [*s. l.*], n. 25, 2006. Disponível em: https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/419. Acesso em: 10 jun. 2026.

CHAGAS, Mário de Souza. **A imaginação museal:** Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.

COSTA, Breno dos Santos; ZACCARELLI, Laura Menegon. **Terceirização e cultura organizacional: um estudo Exploratório com empresas contratantes e contratadas.** Jornada de Iniciação Científica e Mostra de Iniciação Tecnológica. XII Jornada de Iniciação Científica e VI Mostra de Iniciação Tecnológica. Universidade Presbiteriana Mackenzie, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: https://eventoscopg.mackenzie.br/jornada/article/download/1792/1779. Acesso em: 22 jun. 2026.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. T**erceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha** – Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. São Paulo: CUT, 2014. Disponível em: https://cedoc.cut.org.br/d/sistema/livros/4799/arquivo/terceirizacao-e-desenvolvimento-uma-conta-que-nao-fecha.pdf. Acesso em: 22 jun. 2026.

DIEESE. **Terceirização e precarização das condições de trabalho**: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes. DIEESE, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.pdf. Acesso em 19 jun. 2026.

FFORDE, Cressida. **Collecting the Dead**: Archaeology and the Reburial Issue. Londres: Duckworth, 2004.

GILMAN, Sander. **Difference and Pathology**: Stereotypes of Sexuality, Race, and Madness. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

GOULD, Stephen Jay. **A Falsa Medida do Homem**. Tradução: Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Museums and the Interpretation of Visual Culture**. Londres: Routledge, p. 124-150. 2000. Disponível em: https://pages.ucsd.edu/~bgoldfarb/cogn150s12/reading/hooper-greenhill.pdf. Acesso em: 20 mai. 2026.

LUZ, Valentina Fonseca da. Racismo Algorítmico, Tecnodiversidade e a Posição Humana ante a Tecnologia. **Revista Contraponto**, [*s. l.*], v. 10, n. 1, p. 1-20, 2023. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/contraponto/article/view/131121. Acesso em: 04 jun. 2026.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Colonialismo de dados segundo Nick Couldry e Ulises Mejias: uma análise sob a ótica da crítica da Economia política. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 19, n. 1, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.59289/7e5ma905. Acesso em: 04 jun. 2026.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-42, 1994. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0101-47141994000100002. Acesso em: 8 dez. 2025.

MIGNOLO, Walter. **A Ideia de América Latina:** A Ferida Colonial e a Opção Decolonial. Tradução de João Neto. São Paulo: Editora Unesp, 2007. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4496/449644449011.pdf. Acesso em: 23 mai. 2026.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **La Colonialidad del Saber**: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246. Disponível em: https://inegalagoas.org/wp-

content/uploads/2020/04/quijano-colonialidade-do-poder.pdf. Acesso em: 20 mai. 2026.

QURESHI, Sadiah. **Peoples on Parade**: Exhibitions, Empire, and Anthropology in Nineteenth-Century Britain. Chicago: University of Chicago Press, 2011. Disponível em: https://archive.org/details/peoplesonparadee0000qure. Acesso em: 20 maio. 2026.

REDMAN, Samuel J. Bone rooms: from scientific racism to human prehistory in museums. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016.

RISAM, Roopika. **New Digital Worlds**: Postcolonial Digital Humanities in Theory, Praxis, and Pedagogy. Evanston: Northwestern University Press, 2018. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/453071018/Roopika-Risam-New-Digital-Worlds-Postcolonial-Digital-Humanities-In-Theory-Praxis-And-Pedagogy-Northwestern-University-Press-2018-pdf. Acesso em: 5 jun. 2026

RONY, Fatimah Tobing. **The Third Eye**: Race, Cinema, and Ethnographic Spectacle. Durham: Duke University Press, 1996.

SÁ, Guilherme José da Silva e; SANTOS, Ricardo Ventura; CARVALHO, Claudia Rodrigues; SILVA, Elizabeth Christina da. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 197-208, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000100012. Acesso em: 18 out. 2025.

SAID, Edward Wadie. **Orientalismo**: O Oriente como Invenção do Ocidente. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Disponível em: https://resistir.info/livros/orientalismo_e_said.pdf. Acesso em: 22 maio. 2026.

SANTOS, Ricardo Ventura (orgs). **Raça, ciência e sociedade** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, pp. 59-82. Disponível em: https://arca.fiocruz.br/items/2f0f42c4-425f-4b22-b49e-a930175b1f70/full. Acesso em: 22 maio. 2026.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das Raças**: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

STEPAN, Nancy Leys. **The Idea of Race in Science**: Great Britain, 1800-1960. Londres: Macmillan, 1982.

VERGÈS, Françoise Vergès. **Decolonizar o museu:** programa de desordem absoluta. (tradução de Mariana Echalar). São Paulo: Ubu Editora, 2023, p.272. Disponível: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/529/2025/09/VERGES-Um-programa-de-desordem-absoluta-In-Descolonizar-o-museu-2023.pdf. Acesso em: 19 mai. 2026.

VERGO, Peter (Org.). **The New Museology.** Londres: Reaktion Books, 1989. Disponível em: https://synth06iii.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/04/vergo-peter_new-museology.pdf. Acesso em: 20 fev. 2026.